



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– PROJETO DE LEI .....45/2021..... –

*“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências”.....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

## CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2022 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

## CAPÍTULO III DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

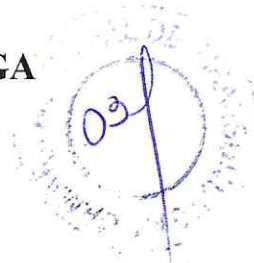
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

## CAPÍTULO IV DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 4º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

## CAPÍTULO V DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2021.

## CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

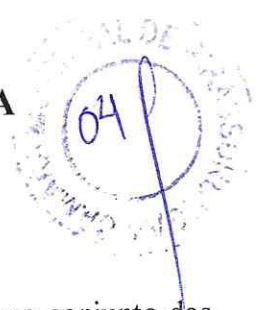
Art. 7º No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I - no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- II - nas situações de emergência e de calamidade pública;
- III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
- IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;
- V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pela respectiva Chefe do Poder.

## CAPÍTULO VIII DOS NOVOS PROJETOS

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## CAPÍTULO IX DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 10 Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CAPÍTULO X DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 11 Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

## CAPÍTULO XI DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 12 Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

061

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13 Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão conessor, em relação a sua aplicação direta;

III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

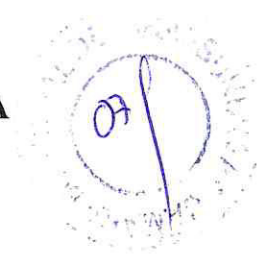
Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 15 As disposições dos artigos 13 a 15 desta lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 16 Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros Municípios, com o Estado e com a União.

**CAPÍTULO XII**  
**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

Art. 17 Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 18 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 19 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

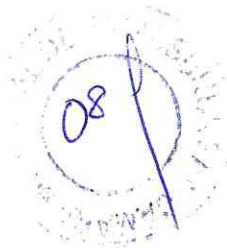




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de Órgãos e Entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art 21 Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências de recursos orçamentários quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se categoria de programação, na forma da Lei Federal nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, art. 4º, § 1º, o conjunto formado pelo mesmo programa e pelo mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 22 Os créditos consignados na lei orçamentária de 2022 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

Art. 23 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 24 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2021.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2021 e 2022, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 25 Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

§ 4º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2022.

Art. 26 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2022 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 27 As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2022 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na Lei que instituirá o Plano Plurianual 2022/2025, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Art 28 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Pirassununga, 30 de abril de 2021.

**- DR MILTON DIMAS TADEU URBAN -**  
**Prefeito Municipal**



Ao jurídico para parecer do advogado, no prazo de 5 dias (art. 74, R.I.).

Pirassununga, 30 / 04 / 2021.

  
Luciana Batista  
Presidente

A Comissão de Defesa Jurídica da Pessoa Humana, para parecer.

Sala das Sessões, 10 MAI 2021 de 20

  
(Presidente)

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 10 MAI 2021 de

  
Presidente

A Comissão Permanente de Agricultura, Meio Ambiente e do Bem Estar Animal, para dar parecer.

Sala das Sessões, 10 MAI 2021 de 20

  
Presidente

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 10 MAI 2021 de

  
Presidente

A Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social, para dar parecer.

Sala de Sessões, 10 MAI 2021 de 20

  
(Presidente)

Aprovada em 1ª discussão.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 14 de 06 de 2021

  
Presidente

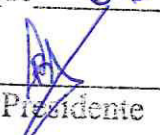
A Comissão Permanente de Participação Legislativa Popular, para dar parecer.

Sala das Sessões, 10 MAI 2021 de 20

  
Presidente

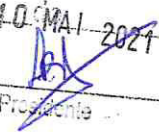
Aprovada em 2ª discussão.

À redação final.  
Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 21 de 06 de 2021

  
Presidente

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para dar parecer.

Sala das Sessões, 10 MAI 2021 de 20

  
Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoração para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 10 MAI 2021 de

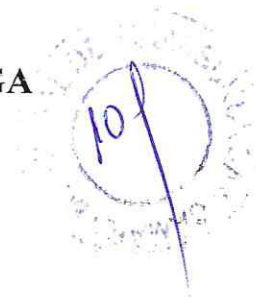
  
Presidente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## “ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssima Senhora Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei que no ensejo encaminhamos a esse Egrégio Legislativo **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 2º da Constituição Federal e ao Artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observa-se que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício está sendo elaborado de acordo com as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo destacar o Anexo de Metas Fiscais, para as receitas, despesas, resultado primário, montante da dívida pública, para os exercícios seguintes, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre Executivo e Legislativo é que submetemos à Colenda Câmara o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício financeiro.

Pirassununga, 30 de abril de 2021

**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal



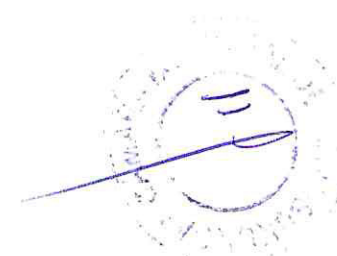
**Prefeitura Municipal de Pirassununga**  
**Quadro I**  
**CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS**

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

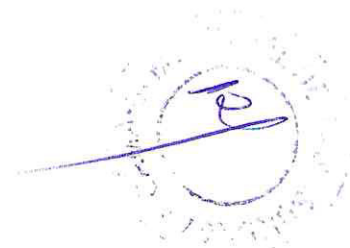
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes – projeção			
	Arrecadado	Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>					
Impostos	3.765.438	6.973.800	4.500.000	4.800.000	5.040.000
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	15.678.696	23.300.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	6.993.057	4.000.000	7.500.000	8.000.000	8.400.000
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	17.815.751	23.400.000	20.000.000	21.000.000	22.000.000
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.677.222	3.570.000	4.000.000	4.200.000	4.400.000
Taxas	2.091.105	3.217.600	2.500.000	2.600.000	3.000.000
Pelo Exercício do Poder de Polícia	92	100	100	100	100
Pela prestação de serviços	797.564	1.895.400	1.000.000	1.050.000	1.500.000
Contribuição de Melhoria	7.141	14.400	10.000	10.000	10.000
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>					
Contribuições Sociais para o RPPS					
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública					
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>					
Receitas imobiliárias	326.474	585.500	400.000	420.000	440.000
Receitas de Valores Mobiliária	489.670	390.100	520.000	546.000	570.000
Demais receitas Patrimoniais		1.000	1.000	1.000	1.000
Receita agropecuária					
Receita de serviços	467.752	574.900	500.000	525.000	551.000
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>					
Transferências da União					
Fundo de Participação dos Municípios	37.495.384	45.000.000	41.000.000	42.000.000	44.000.000
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	422.159	297.000	450.000	472.000	496.000
Cota-parte do IOF/Ouro					
Outras transferências da União					
Transferências Financeira – LC 87/96 (Lei Kandir)	265.013	10.000	280.000	294.000	308.000
Transferências do SUS	23.686.348	14.602.550	26.000.000	26.100.000	28.000.000
Transferência do Salário-educação (FNDE)	3.972.259	4.400.000	4.400.000	4.620.000	5.000.000
Demais Transferências do FNDE	4.068.428	1.579.000	4.300.000	4.500.000	5.300.000
Transferências do FNAS	1.094.073	830.550	1.500.000	1.260.000	1.500.000
Demais transferências da União	11.196.552	7.451.788	11.800.000	12.300.000	14.000.000
Transferências dos Estados					
Cota-parte do Imp. S/ Circulação de Merc. E Serv.	62.750.531	61.500.000	69.000.000	69.300.000	72.700.000
Cota-parte do Imp. S/ Veiculos Automotores	15.181.530	16.400.000	16.400.000	17.220.000	18.000.000



Cota-parte do Imp. S/ Prod. Industr/Exportações	455.449	410.000	480.000	500.000	500.000
Transferência da Financeira da CIDE	63.177	100.000	100.000	100.000	100.000
Demais Transferências dos Estados	2.576.073	5.641.300	2.800.000	3.500.000	4.000.000
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	28.283.077	30.000.000	30.000.000	31.500.000	33.000.000
Transferências de Instituições Privadas	161.000	42.000	170.000	170.000	170.000
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas	420		1.000	1.000	1.000
Transferências de Convênios					
OUTRAS REC.CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	1.378.327	825.300	1.500.000	2.000.000	2.500.000
Juros de empréstimos concedidos					
Compensação entre regimes de previdência social					
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	-22.539.644	-24.121.400	-24.666.000	-25.898.400	-27.139.200
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Operações de crédito	23				
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis		100	100	100	100
Alienação de Bens Imóveis	372.827	6.602.100	1.000.000	2.000.000	3.000.000
Receita de Privatizações					
Amortização de empréstimos					
Transferências de Capital	1.950.587	6.213.036	4.000.000	6.000.000	6.000.000
Outras receitas de capital					
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>224.943.555</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Receitas primárias advindas de PPPs					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	222.620.044	232.236.788	246.446.100	253.090.700	268.347.900





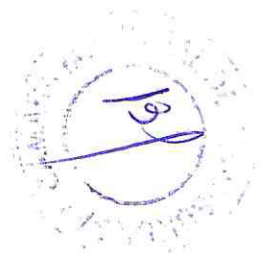
**Prefeitura Municipal de Pirassununga**  
**Quadro II**  
**CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS**

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

CATEGORIA ECON. E GRUPOS DE NAT. DE DESPESA	Realizado	Valores constantes – projeção			
		Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.764.046	121.757.800	127.845.690	134.237.974	140.949.872
2 - Juros e Encargos da Dívida	41.890	48.000	50.000	52.500	55.125
3 - Outras Despesas Correntes	93.272.988	111.692.188	112.000.000	115.600.000	118.453.697
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
4 - Investimentos	6.946.900	9.301.836	8.498.945	7.996.233	8.396.044
5 - Inversões Financeiras		5.300	5.565	5.843	6.135.150
Concessão de empréstimos					
Aquisição de títulos de capital integralizado					
6 - Amortização da Dívida	2.239.524	2.900.000	3.045.000	3.197.250	3.357.112
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
Para suplementações					
Para cobertura de passivos contingentes		1.000	1.000	1.000	1.000
Capitalização do RPPS					
<b>TOTAL GERAL DE DESPESA</b>	<b>216.265.348</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Despesas primárias advindas de PPPs					



Prefeitura Municipal de Pirassununga

Quadro III

.CULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMII

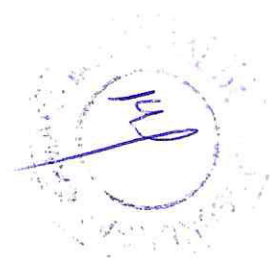
io de 2019 e 2020 em valores correntes; 2021 a 2024 em valores constantes a preços 20

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

ESPECIFICAÇÃO			Saldo em 31 de dezembro					
			Realizado		Valores constantes – Projeção			
			2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>								
Dívida Mobiliária								
Dívida Contratual			7.281	2.980	2.000	2.000	2.000	2.000
Precatórios posteriores a 5.5.2000			27.662	27.853	25.000	25.000	20.000	20.000
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas								
De tributos								
De contribuições sociais								
Previdenciárias - INSS			8.162	8.162	5.000	5.000	5.000	5.000
Previdenciárias - RPPS								
Demais contribuições - PASEP								
Do FGTS								
Demais dívidas, ainda que não confessadas								
<b>DEDUÇÕES (II)</b>								
Ativo Disponível]			21.049	27.199	28.000	28.000	28.000	28.000
Haveres financeiros			3.591	27	1.000	1.000	1.000	1.000
Empréstimos e financiamentos								
Outros créditos								
(-) Restos a Pagar processados			20.501	18.404	15.000	15.000	15.000	15.000
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>				30.201				
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>								
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>								
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) – (V)</b>								

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes				
RESULTADO NOMINAL - Valores Concorrentes				





**Prefeitura Municipal de Pirassununga**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**Demonstrativo de riscos fiscais e providências**

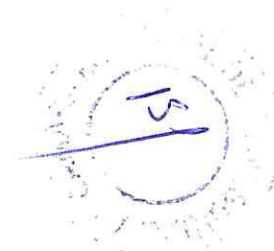
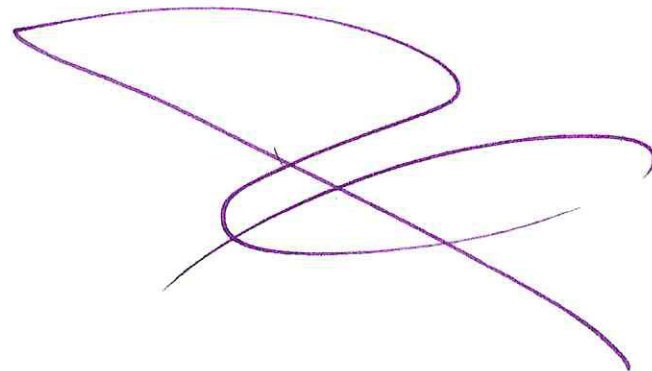
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

R\$ milhares

PASSIVOS CONTIGENTES		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	25.000	Limitações de Empenhos e Reduções de Horas E	25.000
Subtotal	25.000	Subtotal	25.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL	25.000	TOTAL	25.000



**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 1 – Metas Anuais**

2022

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100
Receita total	251.446	239.046	102,1297	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Receitas primárias (I)	239.046	235.945	101,5027	257.089	220.800	101,5005	273.347	232.365	101,4983
Despesa total	251.446	239.046	101,8728	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Despesas primárias (II)	239.046	235.945	101,0200	257.089	220.800	101,2746	273.347	2.323.650	101,2680
Resultado primário(III) = (I-II)	1.100	1.053	0,4823	565	518	0,2255	634	556	0,2303
Resultado Nominal	-5.409	-5.176	-2,3715	-1.307	-1.197	-0,5216	-253	-222	-0,0919
Dívida pública consolidada	9.483	9.074	4,1577	7.292	6.677	2,9102	6.225	5.455	2,2611
Dívida consolidada líquida	-1.176	-1.126	-0,5156	-3.847	-3.523	-15353,0000	-5.415	-4.745	-1,9669
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas de PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.

**Fonte e Notas Explicativas**

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LD0 para 2021





**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

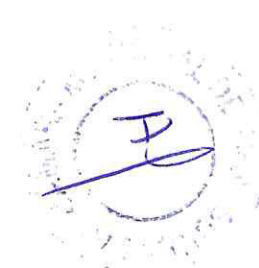
2022

AMF – Demonstrativo 1( LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas previstas em 2020 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	247.472	95,7988	224.943	102,1324	27.456	15,7373
Receita Primária (I)	225.868	94,1076	222.620	101,5786	29.441	17,1783
Despesa Total	247.472	95,7988	216.265	106,1070	35.314	20,2413
Despesa Primária (II)	225.868	95,2497	207.079	105,2618	34.643	19,9712
Resultado Primário (III) = (I-II)	-2.080	-1,1421	-7.282	-3,6832	-5.202	250,0962
Resultado Nominal	-4.285	-2,3528	2.678	1,3545	6.963	-0,0162
Dívida pública consolidada	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22
Dívida consolidada líquida	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.



**itua Municipal de Pirassun**

**EI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA:**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios ante**

2022

MF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços correntes										
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	186.542	5,61	232.938	4,86	245.706	24,87	251.446	9,86	261.090	9,87	
Receita Primárias (I)	184.037	7,01	231.508	4,86	232.236	25,79	248.446	9,86	257.090	9,87	
Despesa Total	186.542	2,41	232.352	-0,69	245.706	24,56	251.446	10,13	261.090	9,87	
Despesas Primárias (II)	182.542	1,08	230.407	2,29	232.236	26,22	248.446	10,14	257.090	9,87	
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.495	-76,52	1.101	-150,75	1.347	-26,35	3.000	-48,59	4.000	12,01	
Resultado Nominal	6.702	-81,17	-8.905					-75,84		-80,64	
Dívida pública consolidada	12.232	90,50	9.483	-39,32		-22,47		-23,10		-14,63	
Dívida consolidada líquida	12.232	90,50	-1.176	-39,32		-109,61		227,13		40,76	

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços constantes										
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	185.637	-2,88	222.886	0,49	239.046	19,48	239.046	5,13	239.046	5,14	
Receita Primárias (I)	183.147	-1,59	221.518	0,49	235.945	20,37	235.945	5,13	235.945	5,14	
Despesa Total	196.001	-5,82	222.326	-4,83	239.046	19,18	239.046	5,39	239.046	5,14	
Despesas Primárias (II)	186.221	-7,05	220.465	-1,98	235.945	20,77	235.945	5,39	235.945	5,13	
Resultado Primário (III) = (I-II)	-3.074	-78,41	1.053	-148,63		-29,57		-50,81		7,34	
Resultado Nominal	3.945	-82,68	-5.176					-76,87		-81,45	
Dívida pública consolidada	21.035	75,19	9.074	-41,85		-25,82		-26,42		-18,30	
Dívida consolidada líquida	21.035	75,19	-1.126	-41,85		-109,21		212,88		34,69	





**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

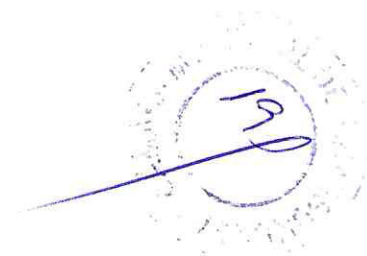
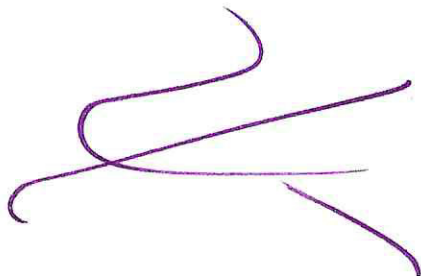
**Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido**

2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
<b>Patrimônio/Capital</b>	357.502	89,79	316.715	78,41	229.517	99,71
<b>Reservas</b>						
<b>Resultado Acumulado</b>	40.787	10,21	87.198	21,59	670	0,29
<b>Total</b>	398.268	100,00	403.913	100,00	230.187	100,00



**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

2022

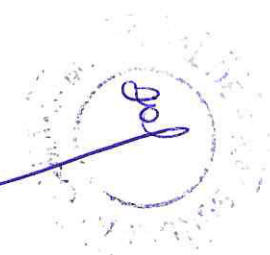
AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2021	2020	2019
	(a)	(a)	(b)
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis	1.000	372	394

Despesas Executadas	2021	2020	2019
	(a)	(b)	(b)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	1.000		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS</b>			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

Saldo Financeiro			2021	2020	2019
Saldo do Exercício Anterior					
VALOR (III)					





## Planilha1

Município de PIRASSUNUNGA  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

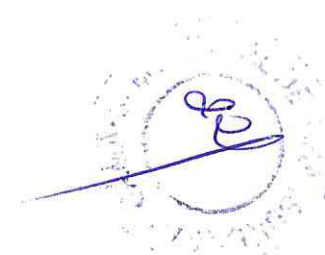
Tabela 7 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita 2021

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de	Receita	Prevista	Compensação
			2021	2022	2023	
Taxa de Coleta Hospitalar	Isenção	Entidade Declarada de Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Aposentadoria, Pensionista - Lei nº 2110/90 e 2126/90	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Port. Deficiências - Lei nº 2524/93 e Decreto 2673/02	5	5	5	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Ex-Combatentes 2ª Guerra Mundial L.E.B – Lei nº 1466/81	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx, Alv Constr, vistoria, utilização, habite-se e licença fune.	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx, Emolun, licenciamento e Habite-se	Isenção	Lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU

Planilha1

Tx e Alvará Constr., Vistoria e utilização	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISS	Isenção	Constr. Res. até 70 m² Lei Compl. nº 81/2007 – art. 181	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Licença	Isenção	Do Comercio Ambulante para deficientes e sexagenários	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Fiscalização	Isenção	Exc. De Obras de Constr. Civil e similares até 70 m² - Lei nº 81/2007– art.212 inciso III – casa popular	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007	300	300	300	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007 - PRODEP	480	480	480	Crescimento Vegetativo do IPTU





## Planilha1

Tx. e Alvará de Construção	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007 - PRODEP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Entidade Beneficente de Utilidade Publica	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Sepultamento	Isenção	Asilo de Velhice, Entidade Utilidade Publica	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	Lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas	400	400	400	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei complementar nº 135/2015 - Isenção para APP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Complementar nº 170/2019– Isenção para portadores de Câncer, AIDS e Insuficiência Renal Crônica	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei nº 5418/2018 – Incentivo Fiscal às Entidades Beneficentes	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
<b>TOTAL</b>			<b>3021</b>	<b>3021</b>	<b>3021</b>	

**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

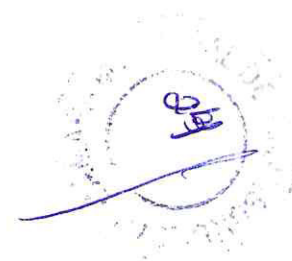
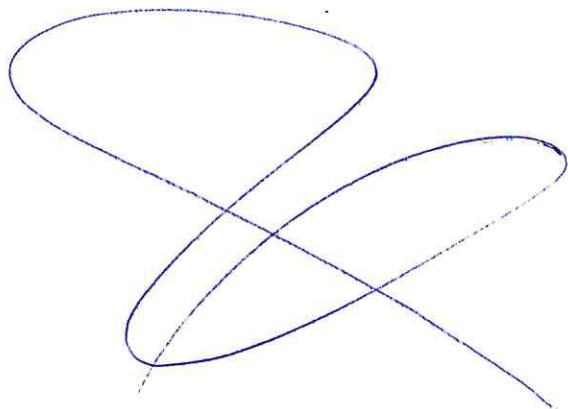
**Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente de Receita	0
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0
Impacto de Novas DOCCs	0
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Ofício nº 050/2021

A secretaria para numerar e registrar a  
propositura.  
Pirassununga, 30 / 04 / 2021

  
Luciana Batista  
Presidente

Pirassununga, 30 de abril de 2020.

Senhora Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, Projeto de Lei que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 2º da Constituição Federal e ao Artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

  
DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN  
Prefeito Municipal

Excelentíssima Vereadora

LUCIANA BATISTA

Câmara Municipal de Pirassununga

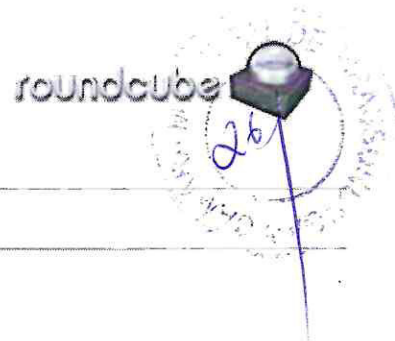
Nesta.

Assunto **Projeto de Lei para parecer**

De Câmara Pirassununga <legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br>

Para Diogo Cano <diogo.cano@camarapirassununga.sp.gov.br>

Data 2021-05-03 09:00



- 
- PL\_45\_2021\_.pdf(~4,8 MB)
- 

Prezado Senhor

Diogo Cano Montebelo,

Analista Legislativo Advogado,

De ordem da Excelentíssima Senhora Vereadora Luciana Batista, Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, e atendendo ao artigo 74 do Regimento Interno desta Casa, a Secretaria Geral encaminha a Vossa Senhoria, para parecer do advogado no prazo de 05 (cinco) dias, o seguinte projeto:

- **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

Atenciosamente,

--

Renata Aparecida Trindade

Analista Legislativo - Secretaria

Câmara Municipal de Pirassununga





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/



## PARECER JURÍDICO

**Ref. Projeto de Lei nº 45/2021.**

**Autoria: Executivo Municipal.**

**Ementa: “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e da outras providências”.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,


*Ab initio*, impende salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica Legislativa não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto estas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Trata-se de projeto de lei apresentado pelo executivo municipal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da lei de orçamento de 2022 e da outras providências.

01974-Câmara Pirassununga-04/05/2021-10:40:41JES12061327 1

A secretaria para juntada no Projeto de Lei e  
encaminhamento de cópia aos Vereadores,  
observando os trâmites regimentais.

Pirassununga, 05 / 05 / 2021.

  
Luciana Batista  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [câmara@lancernet.com.br](mailto:câmara@lancernet.com.br)

Site: [www.embras.com/cmpirassununga/](http://www.embras.com/cmpirassununga/)

A propositura traz sua justificativa, que o aludido projeto apresenta-se em cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição Federal, Art. 4º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Bem como ressalta-se o art. 33, §1º, V, que a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, é de competência privativa do prefeito.

## **I – Da Fundamentação**

Conforme se verifica da proposta, a mesma preenche os requisitos extrínsecos e intrínsecos, não havendo ilegalidade. O projeto apresenta os requisitos da Constituição Federal, Art. 165, II, §2º, bem como cumpre também as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê em seu art. 4º requisitos a serem cumpridos.

Cumprе salientar que compete privativamente ao Prefeito, estabelecer e enviar a Câmara Municipal projetos relativos ao plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Vide art. 54, IV da Lei Orgânica de Pirassununga.

Cumprе-nos salientar, é imperiosa a realização de audiências públicas na fase de elaboração da discussão da propositura como condição para aprovação pela Câmara Municipal. Como se fundamenta o art. 4º, §2º da Lei Municipal 5.196; Art 48, §1º, I da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e Art. 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.



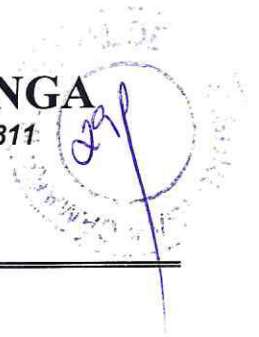
# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: câmara@lancernet.com.br

Site: [www.embras.com/cmpirassununga/](http://www.embras.com/cmpirassununga/)



## II - Conclusão

Ante todo exposto, esta consultoria opina pela regular tramitação do projeto.

Pirassununga, 04 de maio de 2021.



**DIOGO CANO MONTEBELO**

**ANALISTA LEGISLATIVO ADVOGADO**

**OAB/SP nº 336440**

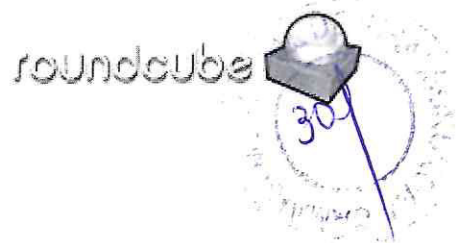
**Assunto** Documento "PARECER ADVOGADO PROJETO DE LEI" - A IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerou um alerta de "Inclusao" de DOCUMENTO(S)

**De** IntraNet Câmara de Pirassununga  
<intranet@camarapirassununga.sp.gov.br>

**Para** <notificacoes\_vereadores@camarapirassununga.sp.gov.br>

**Data** 2021-05-05 16:15

**Prioridade** Normal



Informacoes da Leitura e Recebimento do Documento:

**Data:** 2021-05-05 **Hora:** 16:15:54  
**Nome:** Secretaria Geral **Usuario:** secretaria  
**E-mail:** secretariageral@camarapirassununga.sp.gov.br **IP Exec.:** 192.168.0.56

Informacao do Documento

**Titulo:** PARECER ADVOGADO PROJETO DE LEI

**Senhores(as) Vereadores(as),**

Atendendo ao Regimento Interno, encaminho em anexo, cópia do(s) seguinte(s) Projeto(s), acompanhado do(s) PARECERES JURÍDICOS emitido(s) pelo Advogado da Câmara, para conhecimento e trâmites regimentais:

**Ref. Projeto de Lei nº 45/2021.**

**Descricao:** Autoria: Executivo Municipal.

Ementa: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e da outras providências".

Atenciosamente,

**Luciana Batista**

**Presidente**

**Nome:** PPL\_045\_2021 (1).pdf **Tipo/Formato:** application/pdf **Extensao:** pdf **Tamanho:** 11123275

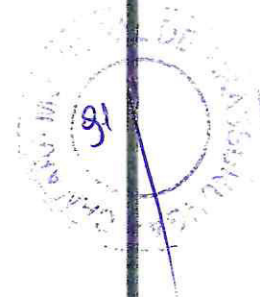
AVISO LEGAL(BR)- Esta mensagem e destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem e dirigida, podendo conter informacao confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se voce nao for destinatario desta mensagem, desde ja fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informacao contida nesta mensagem, por ser ilegal tal ato. Caso voce tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, promovendo, desde logo, a eliminacao de seu conteudo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

Voce recebeu essas notificacao/comunicado automatica do SITE IntraNet Câmara de Pirassununga - SP gerado pela ocorrencia descrita acima.





# **Câmara Municipal de Pirassununga**



A Câmara Municipal de Pirassununga, atendendo ao princípio da transparência da gestão fiscal, ao artigo 37 da Constituição Federal e artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, participa e convida os munícipes para a **Audiência Pública** que versará sobre o Projeto de Lei nº 45/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências, disponível para consulta em: <https://www.camarapirassununga.sp.gov.br/upload/kceditor/files/convite-01.pdf>, a realizar-se **dia 8 de junho de 2021 (terça-feira), às 17h30**, no Plenário "Dr. Fernando Costa", nesta Casa de Leis. Devido às medidas de prevenção e controle da Covid-19, o acesso ao plenário da Câmara Municipal continua restrito e os interessados em participar desta audiência poderão encaminhar sugestões e perguntas até o **dia 7 de junho de 2021**, no e-mail: [audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:audienciapublica@camarapirassununga.sp.gov.br), constando nome, endereço e, se for o caso, a entidade que representa.

**Luciana Batista**  
Presidente



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br

### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 14 JUN 2021

  
**Sandra Valéria Vadala Muller**  
Presidente

  
**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
Relator

  
**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
Membro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro e orçamentário.

Sala das Comissões, 14 JUN 2021

*Jeferson Ricardo do Couto*  
**Presidente**

*Natal Furlan*  
**Natal Furlan**  
**Relator**

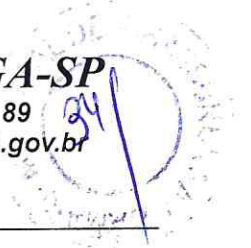
*Paulo Sérgio Soares da Silva* - "Paulinho do Mercado"  
**Membro**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



**PARECER Nº \_\_\_\_\_**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de educação, saúde pública e de assistência social.

Sala das Comissões, 14 JUN 2021

**Fabia Cristina Febras Batista**  
**Presidente**

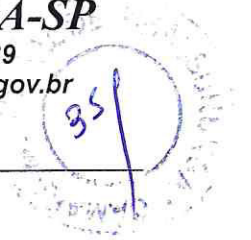
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
**Relator**

**Jeferson Ricardo do Couto**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico, de obras e serviços públicos.

Salas das Comissões, 14 JUN 2021

**Cícero Justino da Silva**  
*Presidente*

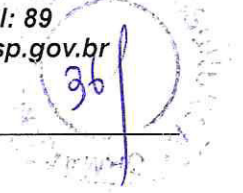
**César Ramos da Costa - "Cesinha"**  
*Relator*

**Fabia Cristina Febras Batista**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

### **COMISSÃO PERMANENTE DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de agricultura, ambiental e de bem estar animal.

Salas das Comissões,

14 JUN 2021

*César Ramos da Costa - "Cesinha"*  
*Presidente*

*Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos"*  
*Relator*

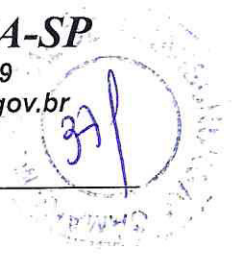
*Fabia Cristina Febras Batista*  
*Membro*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br

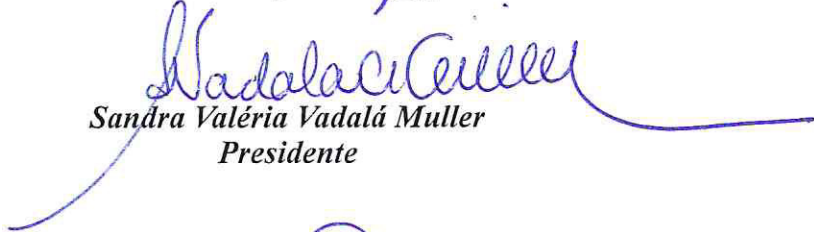


### **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Salas das Comissões, 14 JUN 2021

  
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
*Presidente*

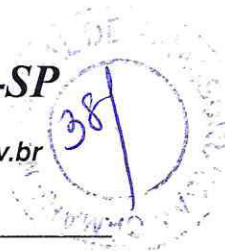
  
**Wellington Luis Cintra de Oliveira**  
*Relator*

  
**Natal Furlan**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER Nº**

#### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto seu aspecto de consumidor e do contribuinte.

Salas das Comissões, 14 JUN 2021

*César Ramos da Costa - "Cesinha"*  
**Presidente**

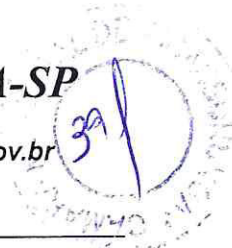
*Carlos Luiz de Deus - "Carlinhos"*  
**Relator**

*Natal Furlan*  
**Natal Furlan**  
**Membro**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **PARECER N°**

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA POPULAR**

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 45/2021**, de autoria do Prefeito Municipal, que **dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**, nada tem a objetar quanto a matéria de interesse local da população.

Salas das Comissões, 14 JUN 2021

  
**Sandra Valéria Vadalá Muller**  
Presidente

  
**Cícero Justino da Silva**  
Relator

  
**Jeferson Ricardo do Couto**  
Membro





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



## **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 5626** **PROJETO DE LEI Nº 45/2021**

*“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências” .....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

### **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

### **CAPÍTULO II** **DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2022 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

### **CAPÍTULO III** **DOS RISCOS FISCAIS**

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

## **CAPÍTULO IV DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Art. 4º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

## **CAPÍTULO V DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS**

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2021.

## **CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

### **CAPÍTULO VII DAS DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

- I - no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- II - nas situações de emergência e de calamidade pública;
- III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
- IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;
- V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## **CAPÍTULO VIII DOS NOVOS PROJETOS**

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## **CAPÍTULO IX DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Art. 10 Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CAPÍTULO X DO CONTROLE DE CUSTOS**

Art. 11 Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

## **CAPÍTULO XI DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)

Art. 12 Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13 Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89**  
**Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**  
**sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)**

459

Art. 15 As disposições dos artigos 13 a 15 desta lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 16 Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros Municípios, com o Estado e com a União.

### **CAPÍTULO XII** **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

Art. 17 Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 18 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 19 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

### **CAPÍTULO XIII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de Órgãos e Entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

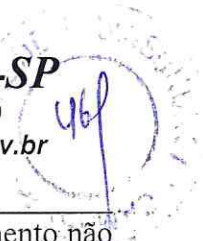
459





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 21 Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências de recursos orçamentários quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se categoria de programação, na forma da Lei Federal nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, art. 4º, § 1º, o conjunto formado pelo mesmo programa e pelo mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 22 Os créditos consignados na lei orçamentária de 2022 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

Art. 23 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 24 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2021.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2021 e 2022, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 25 Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

§ 4º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2022.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89**  
**Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)**  
**sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)**

Art. 26 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2022 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 27 As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2022 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na Lei que instituirá o Plano Plurianual 2022/2025, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Pirassununga, 22 de junho de 2021.

  
**Luciana Batista**  
**Presidente**



## Prefeitura Municipal de Pirassununga

## Quadro I

## CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

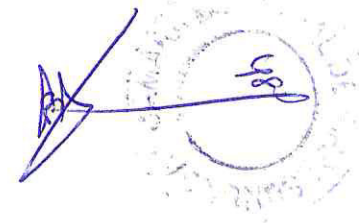
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes – projeção			
	Arrecadado	Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>					
Impostos	3.765.438	6.973.800	4.500.000	4.800.000	5.040.000
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	15.678.696	23.300.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	6.993.057	4.000.000	7.500.000	8.000.000	8.400.000
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	17.815.751	23.400.000	20.000.000	21.000.000	22.000.000
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.677.222	3.570.000	4.000.000	4.200.000	4.400.000
Taxas	2.091.105	3.217.600	2.500.000	2.600.000	3.000.000
Pelo Exercício do Poder de Polícia	92	100	100	100	100
Pela prestação de serviços	797.564	1.895.400	1.000.000	1.050.000	1.500.000
Contribuição de Melhoria	7.141	14.400	10.000	10.000	10.000
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>					
Contribuições Sociais para o RPPS					
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública					
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>					
Receitas imobiliárias	326.474	585.500	400.000	420.000	440.000
Receitas de Valores Mobiliária	489.670	390.100	520.000	546.000	570.000
Demais receitas Patrimoniais		1.000	1.000	1.000	1.000
Receita agropecuária					
Receita de serviços	467.752	574.900	500.000	525.000	551.000
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>					
Transferências da União					
Fundo de Participação dos Municípios	37.495.384	45.000.000	41.000.000	42.000.000	44.000.000
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	422.159	297.000	450.000	472.000	496.000
Cota-parte do IOF/Ouro					
Outras transferências da União					
Transferências Financeira – LC 87/96 (Lei Kandir)	265.013	10.000	280.000	294.000	308.000
Transferências do SUS	23.686.348	14.602.550	26.000.000	26.100.000	28.000.000
Transferência do Salário-educação (FNDE)	3.972.259	4.400.000	4.400.000	4.620.000	5.000.000
Demais Transferências do FNDE	4.068.428	1.579.000	4.300.000	4.500.000	5.300.000
Transferências do FNAS	1.094.073	830.550	1.500.000	1.260.000	1.500.000
Demais transferências da União	11.196.552	7.451.788	11.800.000	12.300.000	14.000.000
Transferências dos Estados					
Cota-parte do Imp. S/ Circulação de Merc. E Serv.	62.750.531	61.500.000	69.000.000	69.300.000	72.700.000
Cota-parte do Imp. S/ Veículos Automotores	15.181.530	16.400.000	16.400.000	17.220.000	18.000.000

A QUE SE REFERE AO ANEXO DE METAS FISCAIS

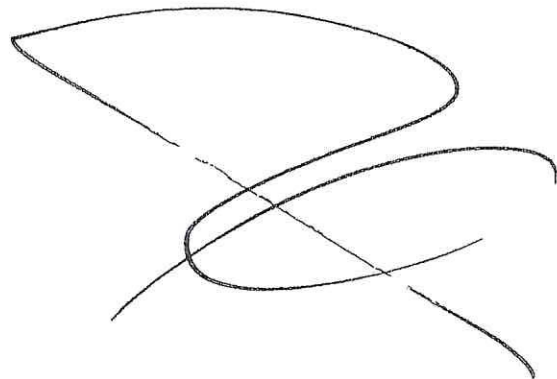
5626





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Cota-parte do Imp. S/ Prod. Industr/Exportações	455.449	410.000	480.000	500.000	500.000
Transferência da Financeira da CIDE	63.177	100.000	100.000	100.000	100.000
Demais Transferências dos Estados	2.576.073	5.641.300	2.800.000	3.500.000	4.000.000
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	28.283.077	30.000.000	30.000.000	31.500.000	33.000.000
Transferências de Instituições Privadas	161.000	42.000	170.000	170.000	170.000
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas	420		1.000	1.000	1.000
Transferências de Convênios					
OUTRAS REC.CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	1.378.327	825.300	1.500.000	2.000.000	2.500.000
Juros de empréstimos concedidos					
Compensação entre regimes de previdência social					
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	-22.539.644	-24.121.400	-24.666.000	-25.898.400	-27.139.200
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Operações de crédito	23				
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>					
Alienação de Bens Móveis		100	100	100	100
Alienação de Bens Imóveis	372.827	6.602.100	1.000.000	2.000.000	3.000.000
Receita de Privatizações					
Amortização de empréstimos					
Transferências de Capital	1.950.587	6.213.036	4.000.000	6.000.000	6.000.000
Outras receitas de capital					
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>224.943.555</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Receitas primárias advindas de PPPs					
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>222.620.044</b>	<b>232.236.788</b>	<b>246.446.100</b>	<b>253.090.700</b>	<b>268.347.900</b>



A QUE SE REFERE AO ANEXO Nº DE LEI Nº

5626



## Prefeitura Municipal de Pirassununga

## Quadro II

## CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

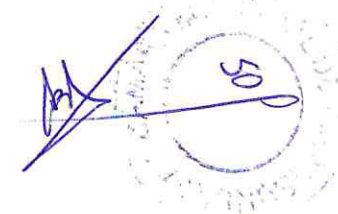
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

CATEGORIA ECON. E GRUPOS DE NAT. DE DESPESA	Realizado	Valores constantes – projeção			
		Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.764.046	121.757.800	127.845.690	134.237.974	140.949.872
2 - Juros e Encargos da Dívida	41.890	48.000	50.000	52.500	55.125
3 - Outras Despesas Correntes	93.272.988	111.692.188	112.000.000	115.600.000	118.453.697
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
4 - Investimentos	6.946.900	9.301.836	8.498.945	7.996.233	8.396.044
5 - Inversões Financeiras		5.300	5.565	5.843	6.135.150
Concessão de empréstimos					
Aquisição de títulos de capital integralizado					
6 - Amortização da Dívida	2.239.524	2.900.000	3.045.000	3.197.250	3.357.112
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
Para suplementações					
Para cobertura de passivos contingentes		1.000	1.000	1.000	1.000
Capitalização do RPPS					
<b>TOTAL GERAL DE DESPESA</b>	216.265.348	245.706.124	251.446.200	261.090.800	277.348.000
Despesas primárias advindas de PPPs					

A QUE SE REFERE AO ANEXO DE METAS FISCAIS

5 6 2 6



## Prefeitura Municipal de Pirassununga

## Quadro III

## CULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMII

io de 2019 e 2020 em valores correntes; 2021 a 2024 em valores constantes a preços 20:

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

ESPECIFICAÇÃO			Saldo em 31 de dezembro					
			Realizado		Valores constantes – Projeção			
			2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>								
Dívida Mobiliária								
Dívida Contratual			7.281	2.980	2.000	2.000	2.000	2.000
Precatórios posteriores a 5.5.2000			27.662	27.853	25.000	25.000	20.000	20.000
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas								
De tributos								
De contribuições sociais								
Previdenciárias - INSS			8.162	8.162	5.000	5.000	5.000	5.000
Previdenciárias - RPPS								
Demais contribuições - PASEP								
Do FGTS								
Demais dívidas, ainda que não confessadas								
<b>DEDUÇÕES (II)</b>								
Ativo Disponível]			21.049	27.199	28.000	28.000	28.000	28.000
Haveres financeiros			3.591	27	1.000	1.000	1.000	1.000
Empréstimos e financiamentos								
Outros créditos								
(-) Restos a Pagar processados			20.501	18.404	15.000	15.000	15.000	15.000
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>				30.201				
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>								
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>								
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) – (V)</b>								

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes				
RESULTADO NOMINAL - Valores Concorrentes				

A QUE SE REFERE AO ALÍQUOTA DE 11,9

5 6 2 6



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Prefeitura Municipal de Pirassununga

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de riscos fiscais e providências

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

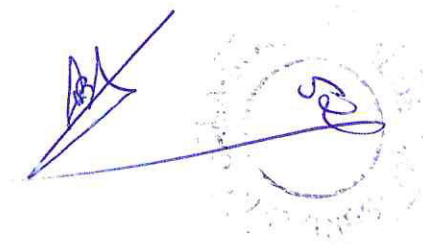
R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	25.000	Limitações de Empenhos e Reduções de Horas E	25.000
Subtotal	25.000	Subtotal	25.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL	25.000	TOTAL	25.000

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº

5 6 2 6



**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Prefeitura Municipal de Pirassununga**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 1 – Metas Anuais**

2022

AMF – Demonstrativo 1( LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100
Receita total	251.446	239.046	102,1297	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Receitas primárias (I)	239.046	235.945	101,5027	257.089	220.800	101,5005	273.347	232.365	101,4983
Despesa total	251.446	239.046	101,8728	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Despesas primárias (II)	239.046	235.945	101,0200	257.089	220.800	101,2746	273.347	2.323.650	101,2680
Resultado primário(III) = (I-II)	1.100	1.053	0,4823	565	518	0,2255	634	556	0,2303
Resultado Nominal	-5.409	-5.176	-2,3715	-1.307	-1.197	-0,5216	-253	-222	-0,0919
Dívida pública consolidada	9.483	9.074	4,1577	7.292	6.677	2,9102	6.225	5.455	2,2611
Dívida consolidada líquida	-1.176	-1.126	-0,5156	-3.847	-3.523	-15353,0000	-5.415	-4.745	-1,9669
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas de PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.

**Fonte e Notas Explicativas**

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2021

A QUE SE REFERE AO ANEXO 1 DO PLANO 5 6 2 6

*[Assinatura]*

# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

## Prefeitura Municipal de Pirassununga

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2022

AMF – Demonstrativo 1( LRF, art. 4º, § 1º)

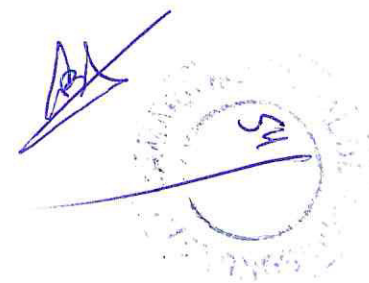
R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas previstas em 2020 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	247.472	95,7988	224.943	102,1324	27.456	15,7373
Receita Primária (I)	225.868	94,1076	222.620	101,5786	29.441	17,1783
Despesa Total	247.472	95,7988	216.265	106,1070	35.314	20,2413
Despesa Primária (II)	225.868	95,2497	207.079	105,2618	34.643	19,9712
Resultado Primário (III) = (I-II)	-2.080	-1,1421	-7.282	-3,6832	-5.202	250,0962
Resultado Nominal	-4.285	-2,3528	2.678	1,3545	6.963	-0,0162
Dívida pública consolidada	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22
Dívida consolidada líquida	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.

A QUE SE REFERE AO ANEXO DE LEI Nº

5 6 2 6





**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Prefeitura Municipal de Pirassununga**  
**PLANO DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores**

2022

MF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços correntes									
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	186.542	5,61	232.938	4,86	245.706	24,87	251.446	9,86	261.090	9,87
Receita Primárias (I)	184.037	7,01	231.508	4,86	232.236	25,79	248.446	9,86	257.090	9,87
Despesa Total	186.542	2,41	232.352	-0,69	245.706	24,56	251.446	10,13	261.090	9,87
Despesas Primárias (II)	182.542	1,08	230.407	2,29	232.236	26,22	248.446	10,14	257.090	9,87
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.495	-76,52	1.101	-150,75	1.347	-26,35	3.000	-48,59	4.000	12,01
Resultado Nominal	6.702	-81,17	-8.905					-75,84		-80,64
Dívida pública consolidada	12.232	90,50	9.483	-39,32		-22,47		-23,10		-14,63
Dívida consolidada líquida	12.232	90,50	-1.176	-39,32		-109,61		227,13		40,76

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços constantes									
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	185.637	-2,88	222.886	0,49	239.046	19,48	239.046	5,13	239.046	5,14
Receita Primárias (I)	183.147	-1,59	221.518	0,49	235.945	20,37	235.945	5,13	235.945	5,14
Despesa Total	196.001	-5,82	222.326	-4,83	239.046	19,18	239.046	5,39	239.046	5,14
Despesas Primárias (II)	186.221	-7,05	220.465	-1,98	235.945	20,77	235.945	5,39	235.945	5,13
Resultado Primário (III) = (I-II)	-3.074	-78,41	1.053	-148,63		-29,57		-50,81		7,34
Resultado Nominal	3.945	-82,68	-5.176					-76,87		-81,45
Dívida pública consolidada	21.035	75,19	9.074	-41,85		-25,82		-26,42		-18,30
Dívida consolidada líquida	21.035	75,19	-1.126	-41,85		-109,21		212,88		34,69

A QUE SE REFERE AO AUTÓRATO DE LEI Nº

5 6 2 6

*[Handwritten signature and circular stamp]*

# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

## Prefeitura Municipal de Pirassununga

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido

2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

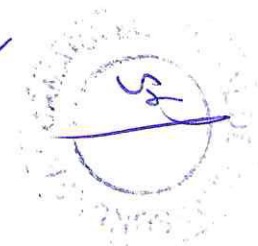
R\$ milhares

Patrimônio Líquido	2020		2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	357.502	89,79	316.715	78,41	229.517	99,71
Reservas						
Resultado Acumulado	40.787	10,21	87.198	21,59	670	0,29
Total	398.268	100,00	403.913	100,00	230.187	100,00

A QUE SE REFERE AO AUTOGRATO DE LEI Nº

5 6 2 6

*[Handwritten signature]*



## Prefeitura Municipal de Pirassununga

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

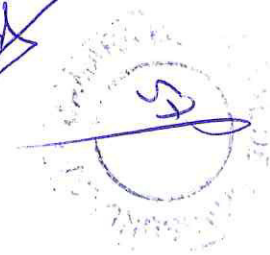
Receitas Realizadas	2021	2020	2019
	(a)	(a)	(b)
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis	1.000	372	394

Despesas Executadas	2021	2020	2019
	(a)	(b)	(b)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	1.000		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS</b>			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

Saldo Financeiro			2021	2020	2019
Saldo do Exercício Anterior					
VALOR (III)					

A QUE SE REFERE AO ANEXO GRAFO DE LEI Nº

5 6 2 6





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Planilha1

## Município de PIRASSUNUNGA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 7 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita 2021**

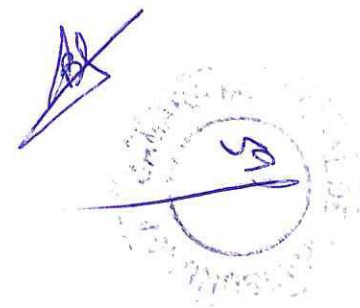
AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de	Receita	Prevista	Compensação
			2021	2022	2023	
Taxa de Coleta Hospitalar	Isenção	Entidade Declarada de Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Aposentadoria, Pensionista - Lei nº 2110/90 e 2126/90	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Port. Deficiências - Lei nº 2524/93 e Decreto 2673/02	5	5	5	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Ex-Combatentes 2ª Guerra Mundial L.E.B – Lei nº 1466/81	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
<del>Tx, Alv Constr, vistoria, utilização, habite-se e licença fupe.</del>	<del>Isenção</del>	<del>Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 124/14 - PROMAIE</del>	<del>20</del>	<del>20</del>	<del>20</del>	<del>Crescimento Vegetativo do IPTU</del>
<del>Tx, Emolun, licenciamento e Habite-se</del>	<del>Isenção</del>	<del>Lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida</del>	<del>20</del>	<del>20</del>	<del>20</del>	<del>Crescimento Vegetativo do IPTU</del>

# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

## Planilha1

Tx e Alvará Constr., Vistoria e utilização	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISS	Isenção	Constr. Res. até 70 m² Lei Compl. nº 81/2007 – art. 181	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Licença	Isenção	Do Comercio Ambulante para deficientes e sexagenários	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Fiscalização	Isenção	Exc. De Obras de Constr. Civil e similares até 70 m² - Lei nº 81/2007– art.212 inciso III – casa popular	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007	300	300	300	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007 - PRODEP	480	480	480	Crescimento Vegetativo do IPTU



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Planilha1

Tx. e Alvará de Construção	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. nº 078/2007 - PRODEP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Entidade Beneficente de Utilidade Publica	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Sepultamento	Isenção	Asilo de Velhice, Entidade Utilidade Publica	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	lei Compl. nº 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas Empresas	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Compl. nº 131/2015 – Inst. Novas	400	400	400	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei complementar nº 135/2015 – Isenção para APP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Complementar nº 170/2019– Isenção para portadores de Câncer, AIDS e Insuficiência Renal Crônica	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei nº 5418/2018 – Incentivo Fiscal às Entidades Beneficentes	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
<b>TOTAL</b>			<b>3021</b>	<b>3021</b>	<b>3021</b>	



## Prefeitura Municipal de Pirassununga

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2022

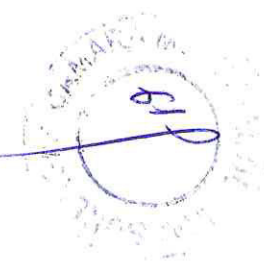
AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

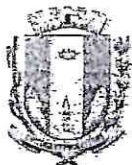
R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente de Receita	0
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0
Impacto de Novas DOCCs	0
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

A QUE SE REFERE AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº

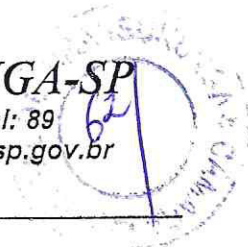
5626





# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



Of. nº 01052/2021-SG

Pirassununga, 22 de junho de 2021.

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência em anexo, para providências cabíveis, cópia das seguintes proposições: Indicações nºs 556 a 574/2021; e Pedidos de Informação nºs 157, 158, 159 e 160/2021, apresentadas em Sessão Ordinária realizada em 21 de junho de 2021.

Seguem, outrossim, os Autógrafos de Lei nºs 5626, 5627, 5628, 5629, 5630, 5631, 5632, 5633, 5634 e 5635, referentes aos Projetos de Lei nºs 45, 46, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64/2021, respectivamente, cujo projeto de autoria de Vereador segue cópia anexa.

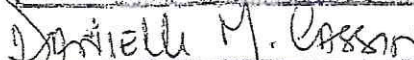
Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os altaneiros votos de estima e consideração.

  
Luciana Batista  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
Prefeito Municipal de  
**PIRASSUNUNGA – SP**

*Recebi*

Pirassununga, 23 JUNHO 2021



Danielli Moreira Cassin  
Escriturária

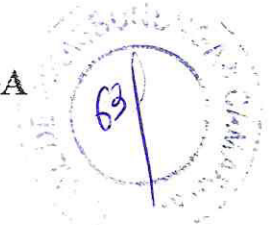
10h32



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

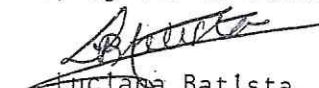
Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



A Secretaria para conferência e juntada nos respectivos projetos de leis.

Ofício nº 085/2021

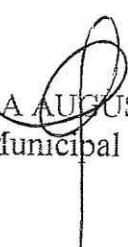
  
Luciana Batista  
Presidente

Pirassununga, 28 de junho de 2021.

Senhora Presidente,

Pelo presente encaminhamos a essa insigne Casa Legislativa, via original das Leis nºs 5.702 a 5.711/2021.

Na oportunidade renovamos nossos votos de estima e consideração.

  
GEÓRGIA AUGUSTA ORTENZI  
Secretária Municipal de Administração

Excelentíssima Vereadora  
LUCIANA BATISTA  
Câmara Municipal de Pirassununga  
Nesta





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br  
sítio: www.camarapirassununga.sp.gov.br



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da **Lei nº 5.702, de 23 de junho de 2021**, que “**dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**”, no processo legislativo do Projeto de Lei nº 45/2021, a qual por mim foi lida e conferida com o Autógrafo de Lei.

Pirassununga, 29 de junho de 2021.

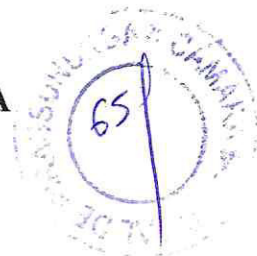
  
**Jéssica Pereira de Godoy**  
**Analista Legislativo Secretaria**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## - LEI Nº 5.702, DE 23 DE JUNHO DE 2021 -

*"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

### CAPÍTULO II

#### DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2022 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

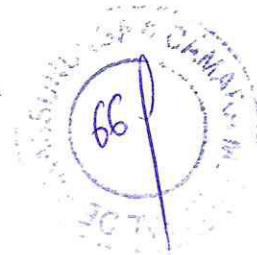


Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada.

## CAPÍTULO III DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

## CAPÍTULO IV DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 4º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

## CAPÍTULO V DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2021.

## CAPÍTULO VI

### DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

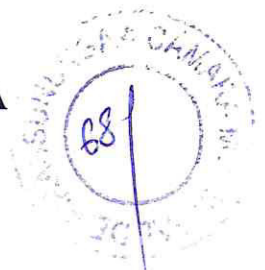
§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensão, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

## **CAPÍTULO VII DAS DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

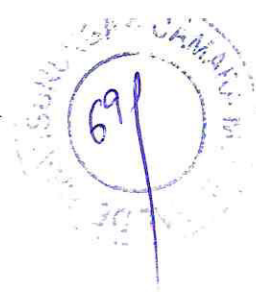




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I - no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II - nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## CAPÍTULO VIII DOS NOVOS PROJETOS

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

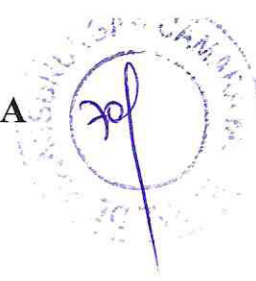




# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



## **CAPÍTULO IX**

### **DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Art. 10 Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CAPÍTULO X**

### **DO CONTROLE DE CUSTOS**

Art. 11 Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

Art. 12 Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13 Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

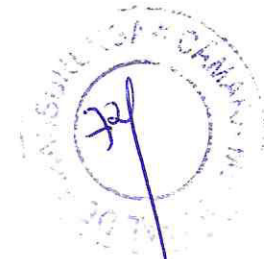




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 15 As disposições dos artigos 13 a 15 desta lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 16 Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros Municípios, com o Estado e com a União.

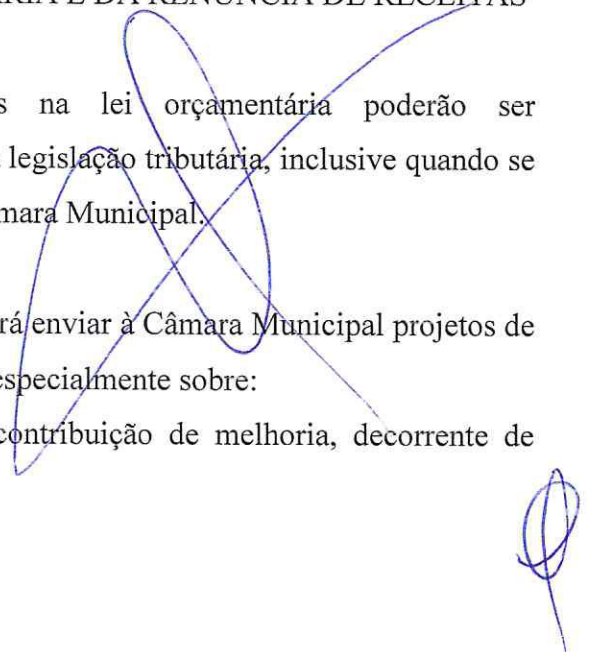
## CAPÍTULO XII

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 17 Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 18 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;



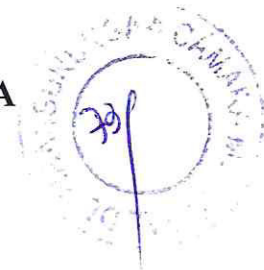




# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 19 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

## **CAPÍTULO XIV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de Órgãos e Entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

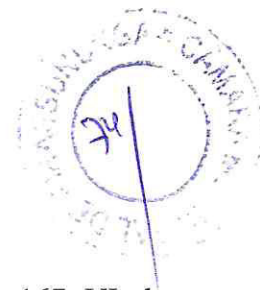
Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 21 Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências de recursos orçamentários quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se categoria de programação, na forma da Lei Federal nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, art. 4º, § 1º, o conjunto formado pelo mesmo programa e pelo mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 22 Os créditos consignados na lei orçamentária de 2022 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

Art. 23 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 24 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2021.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2021 e 2022, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 25 Não sendo encaminhado o autógrafa do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 2º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

§ 4º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2022.

Art. 26 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2022 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 27 As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2022 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na Lei que instituirá o Plano Plurianual 2022/2025, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Pirassununga, 23 de junho de 2021.

**DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN**  
**Prefeito Municipal**

Publicada na Portaria.  
Data supra.

**GEÓRGIA AUGUSTA ORTENZI.**  
Secretária Municipal de Administração.  
dmc/.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## Quadro I

### CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

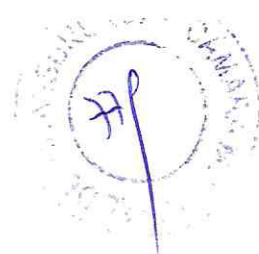
DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes – projeção			
	Arrecadado	Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>					
Impostos	3.765.438	6.973.800	4.500.000	4.800.000	5.040.000
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	15.678.696	23.300.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	6.993.057	4.000.000	7.500.000	8.000.000	8.400.000
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	17.815.751	23.400.000	20.000.000	21.000.000	22.000.000
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.677.222	3.570.000	4.000.000	4.200.000	4.400.000
Taxas	2.091.105	3.217.600	2.500.000	2.600.000	3.000.000
Pelo Exercício do Poder de Polícia	92	100	100	100	100
Pela prestação de serviços	797.564	1.895.400	1.000.000	1.050.000	1.500.000
Contribuição de Melhoria	7.141	14.400	10.000	10.000	10.000
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>					
Contribuições Sociais para o RPPS					
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública					
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>					
Receitas imobiliárias	326.474	585.500	400.000	420.000	440.000
Receitas de Valores Mobiliária	489.670	390.100	520.000	546.000	570.000
Demais receitas Patrimoniais		1.000	1.000	1.000	1.000
Receita agropecuária					
Receita de serviços	467.752	574.900	500.000	525.000	551.000
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>					
Transferências da União					
Fundo de Participação dos Municípios	37.495.384	45.000.000	41.000.000	42.000.000	44.000.000
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	422.159	297.000	450.000	472.000	496.000
Cota-parte do IOF/Ouro					
Outras transferências da União					
Transferências Financeira – LC 87/96 (Lei Kandir)	265.013	10.000	280.000	294.000	308.000
Transferências do SUS	23.686.348	14.602.550	26.000.000	26.100.000	28.000.000
Transferência do Salário-educação (FNDE)	3.972.259	4.400.000	4.400.000	4.620.000	5.000.000
Demais Transferências do FNDE	4.068.428	1.579.000	4.300.000	4.500.000	5.300.000
Transferências do FNAS	1.094.073	830.550	1.500.000	1.260.000	1.500.000
Demais transferências da União	11.196.552	7.451.788	11.800.000	12.300.000	14.000.000
Transferências dos Estados					
Cota-parte do Imp. S/ Circulação de Merc. E Serv.	62.750.531	61.500.000	69.000.000	69.300.000	72.700.000
Cota-parte do Imp. S/ Veículos Automotores	15.181.530	16.400.000	16.400.000	17.220.000	18.000.000
Cota-parte do Imp. S/ Prod. Industr/Exportações	455.449	410.000	480.000	500.000	500.000
Transferência da Financeira da CIDE	63.177	100.000	100.000	100.000	100.000
Demais Transferências dos Estados	2.576.073	5.641.300	2.800.000	3.500.000	4.000.000
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	28.283.077	30.000.000	30.000.000	31.500.000	33.000.000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Transferências de Instituições Privadas	161.000	42.000	170.000	170.000	170.000
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas	420		1.000	1.000	1.000
Transferências de Convênios					
OUTRAS REC.CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	1.378.327	825.300	1.500.000	2.000.000	2.500.000
Juros de empréstimos concedidos					
Compensação entre regimes de previdência social					
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	-22.539.644	-24.121.400	-24.666.000	-25.898.400	-27.139.200
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Operações de crédito	23				
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis		100	100	100	100
Alienação de Bens Imóveis	372.827	6.602.100	1.000.000	2.000.000	3.000.000
Receita de Privatizações					
Amortização de empréstimos					
Transferências de Capital	1.950.587	6.213.036	4.000.000	6.000.000	6.000.000
Outras receitas de capital					
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>224.943.555</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Receitas primárias advindas de PPPs					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	222.620.044	232.236.788	246.446.100	253.090.700	268.347.900

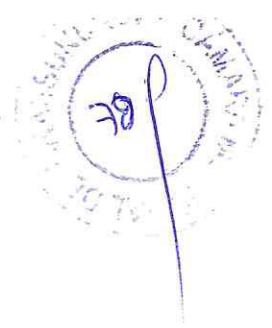




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## Quadro II

### CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020  
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

CATEGORIA ECON. E GRUPOS DE NAT. DE DESPESA	Realizado	Valores constantes – projeção			
		Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.764.046	121.757.800	127.845.690	134.237.974	140.949.872
2 - Juros e Encargos da Dívida	41.890	48.000	50.000	52.500	55.125
3 - Outras Despesas Correntes	93.272.988	111.692.188	112.000.000	115.600.000	118.453.697
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
4 - Investimentos	6.946.900	9.301.836	8.498.945	7.996.233	8.396.044
5 - Inversões Financeiras		5.300	5.565	5.843	6.135.150
Concessão de empréstimos					
Aquisição de títulos de capital integralizado					
6 - Amortização da Dívida	2.239.524	2.900.000	3.045.000	3.197.250	3.357.112
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
Para suplementações					
Para cobertura de passivos contingentes		1.000	1.000	1.000	1.000
Capitalização do RPPS					
<b>TOTAL GERAL DE DESPESA</b>	216.265.348	245.706.124	251.446.200	261.090.800	277.348.000
Despesas primárias advindas de PPPs					

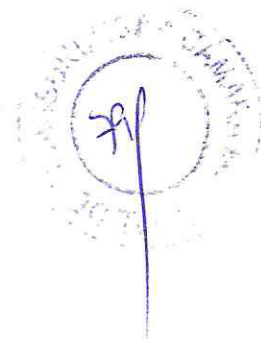




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## Quadro III

### CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Ano de 2019 e 2020 em valores correntes; 2021 a 2024 em valores constantes a preços 2020  
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

ESPECIFICAÇÃO			Saldo em 31 de dezembro					
			Realizado		Valores constantes – Projeção			
			2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>								
Dívida Mobiliária								
Dívida Contratual			7.281	2.980	2.000	2.000	2.000	2.000
Precatórios posteriores a 5.5.2000			27.662	27.853	25.000	25.000	20.000	20.000
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas								
De tributos								
De contribuições sociais								
Previdenciárias - INSS			8.162	8.162	5.000	5.000	5.000	5.000
Previdenciárias - RPPS								
Demais contribuições - PASEP								
Do FGTS								
Demais dívidas, ainda que não confessadas								
<b>DEDUÇÕES (II)</b>								
Ativo Disponível]			21.049	27.199	28.000	28.000	28.000	28.000
Haveres financeiros			3.591	27	1.000	1.000	1.000	1.000
Empréstimos e financiamentos								
Outros créditos								
(-) Restos a Pagar processados			20.501	18.404	15.000	15.000	15.000	15.000
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>				30.201				
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>								
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>								
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) – (V)</b>								

ESPECIFICAÇÃO		2021	2022	2023	2024
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes					
RESULTADO NOMINAL - Valores Concorrentes					



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**Demonstrativo de riscos fiscais e providências**

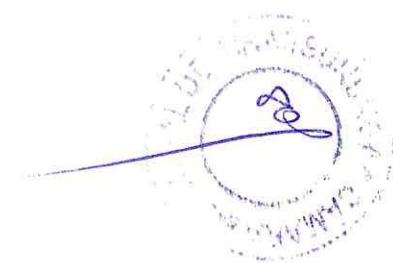
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

R\$ milhares

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>Providências</b>	
			0
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	25.000	Limitações de Empenhos e Reduções de Horas Extras	25.000
Subtotal	25.000	Subtotal	25.000

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS</b>		<b>Providências</b>	
			0
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL	25.000	TOTAL	25.000





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Tabela 1 – Metas Anuais**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL (a/RCL)x100
Receita total	251.446	239.046	102,1297	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Receitas primárias (I)	239.046	235.945	101,5027	257.089	220.800	101,5005	273.347	232.365	101,4983
Despesa total	251.446	239.046	101,8728	261.090	239.046	102,1271	277.348	242.450	102,1245
Despesas primárias (II)	239.046	235.945	101,0200	257.089	220.800	101,2746	273.347	2.323.650	101,2680
Resultado primário(III) = (I-II)	1.100	1.053	0,4823	565	518	0,2255	634	556	0,2303
Resultado Nominal	-5.409	-5.176	-2,3715	-1.307	-1.197	-0,5216	-253	-222	-0,0919
Dívida pública consolidada	9.483	9.074	4,1577	7.292	6.677	2,9102	6.225	5.455	2,2611
Dívida consolidada líquida	-1.176	-1.126	-0,5156	-3.847	-3.523	-15353,0000	-5.415	-4.745	-1,9669
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas de PPP (V)									
Impacto do saldo das PRP (VI) = (IV-V)									

Nota: Excluída a coluna % PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.

**Fonte e Notas Explicativas**

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2021.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO DE METAS FISCAIS

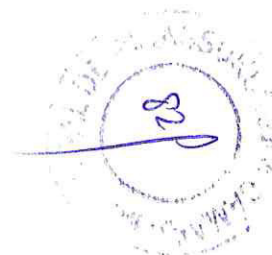
**Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 1 ( LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas previstas em 2020 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	247.472	95,7988	224.943	102,1324	27.456	15,7373
Receita Primária (I)	225.868	94,1076	222.620	101,5786	29.441	17,1783
Despesa Total	247.472	95,7988	216.265	106,1070	35.314	20,2413
Despesa Primária (II)	225.868	95,2497	207.079	105,2618	34.643	19,9712
Resultado Primário (III) = (I-II)	-2.080	-1,1421	-7.282	-3,6832	-5.202	250,0962
Resultado Nominal	-4.285	-2,3528	2.678	1,3545	6.963	-0,0162
Dívida pública consolidada	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22
Dívida consolidada líquida	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores**  
**2022**

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços correntes									
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	186.542	5,61	232.938	4,86	245.706	24,87	251.446	9,86	261.090	9,87
Receita Primárias (I)	184.037	7,01	231.508	4,86	232.236	25,79	248.446	9,86	257.090	9,87
Despesa Total	186.542	2,41	232.352	-0,69	245.706	24,56	251.446	10,13	261.090	9,87
Despesas Primárias (II)	182.542	1,08	230.407	2,29	232.236	26,22	248.446	10,14	257.090	9,87
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.495	-76,52	1.101	-150,75	1.347	-26,35	3.000	-48,59	4.000	12,01
Resultado Nominal	6.702	-81,17	-8.905					-75,84		-80,64
Dívida pública consolidada	12.232	90,50	9.483	-39,32		-22,47		-23,10		-14,63
Dívida consolidada líquida	12.232	90,50	-1.176	-39,32		-109,61		227,13		40,76

ESPECIFICAÇÃO	Valores a preços constantes									
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	185.637	-2,88	222.886	0,49	239.046	19,48	239.046	5,13	239.046	5,14
Receita Primárias (I)	183.147	-1,59	221.518	0,49	235.945	20,37	235.945	5,13	235.945	5,14
Despesa Total	196.001	-5,82	222.326	-4,83	239.046	19,18	239.046	5,39	239.046	5,14
Despesas Primárias (II)	186.221	-7,05	220.465	-1,98	235.945	20,77	235.945	5,39	235.945	5,13
Resultado Primário (III) = (I-II)	-3.074	-78,41	1.053	-148,63		-29,57		-50,81		7,34
Resultado Nominal	3.945	-82,68	-5.176					-76,87		-81,45
Dívida pública consolidada	21.035	75,19	9.074	-41,85		-25,82		-26,42		-18,30
Dívida consolidada líquida	21.035	75,19	-1.126	-41,85		-109,21		212,88		34,69



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

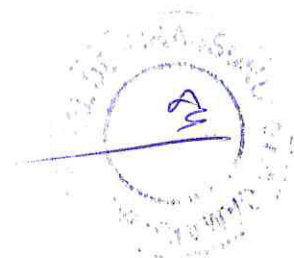
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido**  
2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
<b>Patrimônio/Capital</b>	357.502	89,79	316.715	78,41	229.517	99,71
<b>Reservas</b>						
<b>Resultado Acumulado</b>	40.787	10,21	87.198	21,59	670	0,29
<b>Total</b>	398.268	100,00	403.913	100,00	230.187	100,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA****Estado de São Paulo****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****ANEXO DE METAS FISCAIS****Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos****2022**

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2021	2020	2019
	(a)	(a)	(b)
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis	1.000	372	394

Despesas Executadas	2021	2020	2019
	(a)	(b)	(b)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	1.000		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

Saldo Financeiro			2021	2020	2019
Saldo do Exercício Anterior					
VALOR (III)					



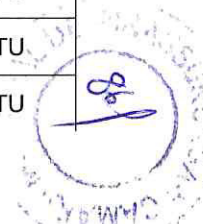
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 7 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita 2021**

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

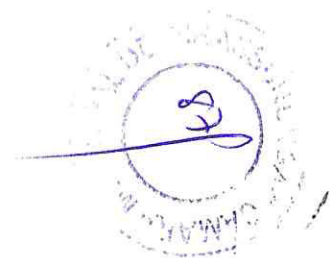
Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de	Receita	Prevista	Compensação
			2021	2022	2023	
Taxa de Coleta de Lixo Hospitalar	Isenção	Entidade Declarada de Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Aposentadoria, Pensionista-Lei 2110/90 e 2126/90	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Port. Deficiências-Lei 2524/93 e Decreto 2673/02	5	5	5	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Ex-Combatentes 2ª Guerra Mundial L.E.B Lei 1466/81	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx e Alv Constr, Vistoria Cert. Obra e licença	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx e Emolun, Lincenc. e Habite-se	Isenção	Lei Compl. 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx e Alv Constr. Vistoria	Isenção	Lei Compl. 131/2015 – Inst. Novas Empresas	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISS	Isenção	Constr. Res. até 70 m² Lei Compl. 81/2007 – art. 181	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Licença	Isenção	Do Comércio Ambulante para deficientes e sexagenários	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Fiscalização	Isenção	Exc. De Obras de Constr. Civil e similares até 70 m² Lei 81/2007 - art. 212 inciso III - casa popular	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007	300	300	300	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007 - PRODEP	480	480	480	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx. Alvará de Constr. Vist Utilid. Cert e Concl. Obra	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007 - PRODEP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

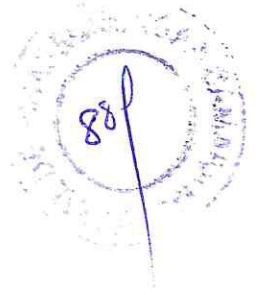
IPTU	Isenção	Entidade Beneficiária de Utilidade Pública	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Sepultamento	Isenção	Asilo de Velhice, Entidade Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	Lei Compl. 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei Compl. 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Compl. 93/2010 – Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
ITBI	Isenção	Lei Compl. 131/2015 – Inst. Novas Empresas	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei Compl. 131/2015 – Inst. Novas Empresas	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Compl. 131/2015 – Inst. Novas	400	400	400	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei complementar nº 135/2015 - Isenção para APP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Lei Complementar nº 170/2019 - Isenção para portadores de Câncer, AIDS e Insuficiência Renal Crônica	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Lei nº 5418/2018 - Incentivo Fiscal às Entidades Beneficentes	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
<b>TOTAL</b>			<b>3021</b>	<b>3021</b>	<b>3021</b>	







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

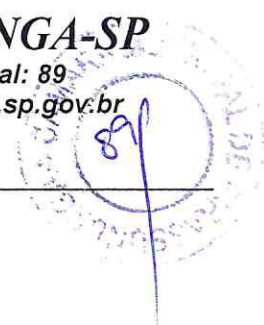
R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente de Receita	0
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0
Impacto de Novas DOCCs	0
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 – Centro – Caixa Postal: 89  
Fone: (19) 3561.2811 – e-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)  
sítio: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



### **JUNTADA**

Neste ato procedo a juntada da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga, edição nº 095, de 28 de junho de 2021, da **Lei nº 5.702, de 23 de junho de 2021**, que “**dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências**”, objeto de processo legislativo do Projeto de Lei nº 45/2021, a qual por mim foi lida e conferida.

Pirassununga, 29 de junho de 2021.

  
**Jéssica Pereira de Godoy**

**Analista Legislativo Secretaria**

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095

## ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO

### SAEP

#### SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA-SAEP

AVISO DE LICITAÇÃO 1ª FASE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2021 – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021  
ENCERRAMENTO: 15 de julho de 2021 – 08h45  
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15 de julho de 2021 – 09h00.  
OBJETO: A presente licitação tem por objetivo o fornecimento e instalação de macromedidores eletromagnéticos, *datalogger* e Telemetria em Distritos de Medição e Controle na cidade de Pirassununga-SP, conforme Memorial Descritivo e demais anexos que compõem o edital, que se encontram à disposição pelo site [www.saep-piras.com.br](http://www.saep-piras.com.br) ícone "Licitações" a partir do dia 30 de junho de 2021. Tel. (19) 3565-4518 - Pirassununga, 29 de junho de 2021. Abílio Pinto de Campos Jr. – Seção de Licitação.

#### SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA-SAEP

AVISO DE LICITAÇÃO 2ª FASE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2021 – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021  
ENCERRAMENTO: 15 de julho de 2021 – 13h45  
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15 de julho de 2021 – 14h00.  
OBJETO: A presente licitação tem por objetivo o fornecimento e instalação de macromedidores eletromagnéticos, *datalogger* e Telemetria em Distritos de Medição e Controle na cidade de Pirassununga-SP, conforme Memorial Descritivo e demais anexos que compõem o edital, que se encontram à disposição pelo site [www.saep-piras.com.br](http://www.saep-piras.com.br) ícone "Licitações" a partir do dia 30 de junho de 2021. Tel. (19) 3565-4518 - Pirassununga, 29 de junho de 2021. Abílio Pinto de Campos Jr. – Seção de Licitação.

### Seção de Material

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Processo Administrativo: 2762/21. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 121/2021. Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93. Homologação e Ratificação: 23/06/2021. Proponentes: 03 (três). Empresa Adjudicada e Contratada: X – DATA PAPELARIA E

PRESENTES LTDA. Valor: R\$ 6.749,00 (seis mil, setecentos e quarenta e nove reais). Autorização de Fornecimento nº 680/21. Prazo de entrega: o prazo para entrega é de 10 (dez) dias úteis, devendo a entrega ser em sua totalidade. Data de Expedição da Autorização de Fornecimento: 25/06/2021. Objeto: Aquisição de unidades de imagem para impressoras LEXMARK - Dr. Milton Dimas Tadeu Urban - Prefeito Municipal.

### Secretaria Municipal de Administração

### LEI (S)

#### LEI Nº 5.702, DE 23 DE JUNHO DE 2021

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências"  
A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.  
Parágrafo único. Além das normas a que se refere o caput, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

#### CAPÍTULO II

##### DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2022 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:  
Tabela 1 - Metas Anuais;  
Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;  
Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;  
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;  
Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;  
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

#### CAPÍTULO III

##### DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes



**Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095**

de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Art. 4º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS**

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2021.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º No prazo previsto no caput do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das

receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.





Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095

## CAPÍTULO VII DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I - no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II - nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## CAPÍTULO VIII DOS NOVOS PROJETOS

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do caput aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## CAPÍTULO IX DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 10 Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art.

24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CAPÍTULO X DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 11 Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

## CAPÍTULO XI DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 12 Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no caput deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13 Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão conessor, em relação a sua aplicação direta;

III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.



**Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095**

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no caput serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 15 As disposições dos artigos 13 a 15 desta lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 16 Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros Municípios, com o Estado e com a União.

#### **CAPÍTULO XII**

#### **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

Art. 17 Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 18 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição ou alteração sobre a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 19 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no caput do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

#### **CAPÍTULO XIV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de Órgãos e Entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 21 Em cumprimento ao que dispõe expressamente o art. 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências de recursos orçamentários quando realizados no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, independem de autorização legislativa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se



**Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095**

categoria de programação, na forma da Lei Federal nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, art. 4º, § 1º, o conjunto formado pelo mesmo programa e pelo mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 22 Os créditos consignados na lei orçamentária de 2022 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

Art. 23 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 24 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2021.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2021 e 2022, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 25 Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste

artigo.

§ 2º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

§ 4º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2022.

Art. 26 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2022 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, e para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 27 As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2022 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na Lei que instituirá o Plano Plurianual 2022/2025, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Pirassununga, 23 de junho de 2021.

DR. MILTON DIMAS TADEU URBAN

Prefeito Municipal

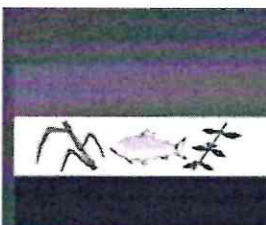
Publicada na Portaria.

Data supra.

GEÓRGIA AUGUSTA ORTENZI.

Secretária Municipal de Administração.

dmc/.



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### Quadro I

#### CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020

2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes – projeção			
	Arrecadado	Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>					
Impostos	3.755.438	6.973.800	4.500.000	4.800.000	5.040.000
Imposto sobre a Prop. Predial e Terr. Urbana	15.678.696	23.300.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	6.993.057	4.000.000	7.500.000	8.000.000	8.400.000
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	17.815.751	23.400.000	20.000.000	21.000.000	22.000.000
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.677.222	3.570.000	4.000.000	4.200.000	4.400.000
Taxas	2.091.105	3.217.600	2.500.000	2.600.000	3.000.000
Pelo Exercício do Poder de Polícia	92	100	100	100	100
Pela prestação de serviços	797.564	1.895.400	1.000.000	1.050.000	1.500.000
Contribuição de Melhoria	7.141	14.400	10.000	10.000	10.000
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>					
Contribuições Sociais para o RPPS					
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública					
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>					
Receitas imobiliárias	326.474	585.500	400.000	420.000	440.000
Receitas de Valores Mobiliária	489.670	390.100	520.000	546.000	570.000
Demais receitas Patrimoniais		1.000	1.000	1.000	1.000
Receita agropecuária					
Receita de serviços	467.752	574.900	500.000	525.000	551.000
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>					
Transferências da União					
Fundo de Participação dos Municípios	37.495.384	45.000.000	41.000.000	42.000.000	44.000.000
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	422.159	297.000	450.000	472.000	496.000
Cota-parte do IOF/Ouro					
Outras transferências da União					
Transferências Financeira – LC 87/96 (Lei Kandir)	265.013	10.000	280.000	294.000	308.000
Transferências do SUS	23.686.348	14.602.550	26.000.000	26.100.000	28.000.000
Transferência do Salário-educação (FNDE)	3.972.259	4.400.000	4.400.000	4.620.000	5.000.000
Demais Transferências do FNDE	4.068.428	1.579.000	4.300.000	4.500.000	5.300.000
Transferências do FNAS	1.094.073	830.550	1.500.000	1.260.000	1.600.000
Demais transferências da União	11.196.552	7.451.786	11.600.000	12.300.000	14.000.000
Transferências dos Estados					
Cota-parte do Imp. S/ Circulação de Merc. E Serv.	62.750.531	61.500.000	69.000.000	69.300.000	72.700.000
Cota-parte do Imp. S/ Veículos Automotores	15.181.530	16.400.000	16.400.000	17.220.000	18.000.000
Cota-parte do Imp. S/ Prod. Indústria/Exportações	455.449	410.000	480.000	500.000	500.000
Transferência da Financeira da CIDE	63.177	100.000	100.000	100.000	100.000
Demais Transferências dos Estados	2.576.073	5.541.300	2.800.000	3.500.000	4.000.000
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	28.283.077	30.000.000	30.000.000	31.500.000	33.000.000



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Transferências de Instituições Privadas	161.000	42.000	170.000	170.000	170.000
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas	420		1.000	1.000	1.000
Transferências de Convênios					
OUTRAS REC. CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)	1.378.327	825.300	1.500.000	2.000.000	2.500.000
Juros de empréstimos concedidos					
Compensação entre regimes de previdência social					
Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)	-22.539.644	-24.121.400	-24.666.000	-25.898.400	-27.139.200
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Operações de crédito	23				
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>					
Alienação de Bens Móveis		100	100	100	100
Alienação de Bens Imóveis	372.827	6.602.100	1.000.000	2.000.000	3.000.000
Receita de Privatizações					
Amortização de empréstimos					
Transferências de Capital	1.950.587	6.213.036	4.000.000	6.000.000	8.000.000
Outras receitas de capital					
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>224.943.555</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Receitas primárias advindas de PPPs					
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>222.620.044</b>	<b>232.236.788</b>	<b>246.446.100</b>	<b>253.090.700</b>	<b>268.347.900</b>



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### Quadro II

#### CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2020 em valores correntes; 2020 a 2024 em valores constantes a preços 2020  
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

CATEGORIA ECON. E GRUPOS DE NAT. DE DESPESA	Realizado	Valores constantes – projeção			
		Reestimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.764.046	121.757.800	127.845.690	134.237.974	140.949.872
2 - Juros e Encargos da Dívida	41.890	48.000	50.000	52.500	55.125
3 - Outras Despesas Correntes	93.272.988	111.692.188	112.000.000	115.600.000	118.453.697
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
4 - Investimentos	6.946.900	9.301.836	8.498.945	7.998.233	8.396.044
5 - Inversões Financeiras		5.300	5.565	5.843	6.135.150
Concessão de empréstimos					
Aquisição de títulos de capital integralizado					
6 - Amortização da Dívida	2.239.524	2.900.000	3.045.000	3.197.250	3.357.112
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
Para suplementações					
Para cobertura de passivos contingentes		1.000	1.000	1.000	1.000
Capitalização do RPPS					
<b>TOTAL GERAL DE DESPESA</b>	<b>216.265.348</b>	<b>245.706.124</b>	<b>251.446.200</b>	<b>261.090.800</b>	<b>277.348.000</b>
Despesas primárias advindas de PPPs					

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### Quadro III

#### CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL

Ano de 2019 e 2020 em valores correntes; 2021 a 2024 em valores constantes a preços 2020

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

ESPECIFICAÇÃO			Saldo em 31 de dezembro					
			Realizado		Valores constantes – Projeção			
			2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)								
Dívida Mobiliária								
Dívida Contratual			7.281	2.980	2.000	2.000	2.000	2.000
Precatórios posteriores a 5.5.2000			27.662	27.853	25.000	25.000	20.000	20.000
Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas								
De tributos								
De contribuições sociais								
Previdenciárias - INSS			8.162	8.162	5.000	5.000	5.000	5.000
Previdenciárias - RPPS								
Demais contribuições - PASEP								
Do FGTS								
Demais dívidas, ainda que não confessadas								
DEDUÇÕES (II)								
Ativo Disponível			21.049	27.199	28.000	28.000	28.000	28.000
Haveres financeiros			3.591	27	1.000	1.000	1.000	1.000
Empréstimos e financiamentos								
Outros créditos								
(-) Restos a Pagar processados			20.501	18.404	15.000	15.000	15.000	15.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)				30.201				
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)								
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)								
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) – (V)								

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes				
RESULTADO NOMINAL - Valores Concorrentes				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Demonstrativo de riscos fiscais e providências  
2022

LRF, art. 4º, § 2º inciso II

PASSIVOS CONTINGENTES			
Providências	Descrição	Valor	
0			
Subtotal			
	25.000	Limitações de Empenhos e Reduções de Horas Extras	25.000
Subtotal			
	25.000		25.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS			
Providências	Descrição	Valor	
0			
TOTAL			
	25.000		25.000

R\$ milhares

Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 1 – Metas Anuais  
2022

ESPECIFICAÇÃO		2022		2023		2024	
	Valor corrente constante (a)	251.446	239.046	261.090	239.046	277.348	242.450
	% RCL (a/RCL)x100	102,1297	101,5027	257,089	101,5005	273,347	232,365
	Valor corrente constante (b)	251.446	239.046	261.090	239.046	277.348	242.450
	% RCL (b/RCL)x100	101,8728	261,090	239,046	102,1271	277,348	242,450
	Valor corrente constante (c)	239.046	235.945	257.089	220.800	273.347	232.365
	% RCL (c/RCL)x100	101,2000	257,089	220,800	101,2746	273,347	232,365
	Despesa total	251.446	239.046	261.090	239.046	277.348	242.450
	Despesas primárias (II)	239.046	235.945	257.089	220.800	273.347	232.365
	Resultado primário(III) = (I-II)	1.100	1.053	565	518	634	556
	Resultado Nominal	-5.409	-5.176	-1.307	-1.197	-253	-222
	Divida pública consolidada	9.483	9.074	7.292	6.677	6.225	5.455
	Divida consolidada líquida	-1.176	-1.126	-3.847	-3.523	-5.415	-4.745
	Receitas Primárias advindas de PPP (IV)						
	Despesas Primárias geradas de PPP (V)						
	Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)						

R\$ milhares

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF, da STN, 7ª Edição.

Fonte e Notas Explicativas

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2022

ESPECIFICAÇÃO	Metas previstas em 2020 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% RCL	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	247.472	95,7988	224.943	102,1324	27.456	16,7373
Receita Primária (I)	225.868	94,1076	222.620	101,5786	29.441	17,1783
Despesa Total	247.472	95,7988	216.265	106,1070	35.314	20,2413
Despesa Primária (II)	225.868	95,2497	207.079	105,2618	34.643	19,9712
Resultado Primário (III) = (I-II)	-2.080	-1,1421	-7.282	-3,6832	-5.202	250,0962
Resultado Nominal	-4.285	-2,3528	2.678	1,3545	6.963	-0,0162
Divida pública consolidada	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22
Divida consolidada líquida	5.000	2,7455	21.161	10,7033	16.161	323,22

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN, 7ª Edição.

*[Handwritten signature]*



**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
www.diariodepirassununga.sp.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

2022

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO											
2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%		
186.542	5,61	232.938	4,86	245.706	24,87	251.446	9,86	261.090	9,87		
184.037	7,01	231.508	4,86	232.236	25,79	248.446	9,86	257.090	9,87		
186.542	2,41	232.352	-0,69	245.706	24,56	251.446	10,13	261.090	9,87		
182.542	1,08	230.407	2,29	232.236	26,22	248.446	10,14	257.090	9,87		
Despesa Primárias (II)											
1.495	-76,52	1.101	-150,75	1.347	-26,35	3.000	-48,59	4.000	12,01		
Resultado Primário (III) = (I-II)											
6.702	-81,17	-8.905					-75,84		-80,64		
12.232	90,50	9.483	-39,32		-22,47		-23,10		-14,63		
Divida pública consolidada											
12.232	90,50	9.483	-39,32		-22,47		-23,10		-14,63		
Divida consolidada líquida											
											40,76

ESPECIFICAÇÃO											
2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%		
183.147	-1,59	221.518	0,49	235.945	20,37	235.945	5,13	235.945	5,14		
196.001	-5,82	222.326	-4,83	239.046	19,18	239.046	5,39	239.046	5,14		
Despesa Total											
186.221	-7,05	220.465	-1,98	235.945	20,77	235.945	5,39	235.945	5,13		
Resultado Primário (III) = (I-II)											
-3.074	-78,41	1.053	-148,63		-29,57		-50,81		7,34		
Resultado Nominal											
3.945	-82,68	-5.176					-76,87		-81,45		
Divida pública consolidada											
21.035	75,19	9.074	-41,85		-25,82		-26,42		-18,30		
Divida consolidada líquida											
											34,69

Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido  
2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)					
Patrimônio Líquido	2020		2019	%	2018
Patrimônio/Capital	357.502	89,79	316.715	78,41	229.517
Reservas					
Resultado Acumulado	40.787	10,21	87.198	21,59	670
Total	398.268	100,00	403.913	100,00	230.187
					100,00

R\$ milhares

Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2021	2020	2019
	(a)	(a)	(b)
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis	1.000	372	394

Despesas Executadas	2021	2020	2019
	(a)	(b)	(b)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	1.000		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

Saldo Financeiro		2021	2020	2019
Saldo do Exercício Anterior				
VALOR (III)				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 7 - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita 2021

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de			Compensação
			2021	2022	2023	
Taxa de Coleta de Lixo	Isenção	Entidade Declarada de Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
Hospitalar	Isenção	Aposentadoria, Pensionista-Lei 2.110/90 e 2.126/90	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Port. Deficiências-Lei 2524/93 e Decreto 2673/02	5	5	5	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Ex-Combatentes 2ª Guerra Mundial L.E. Lei 1466/81	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx e Aliv Constr. Vistoria	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 124/14 - PROMAIE	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Cert. Obra e Licença	Isenção	Lei Compl. 93/2010 - Minha Casa Minha Vida	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Habit-se	Isenção	Lei Compl. 131/2015 - Inst. Novas Empresas	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx e Aliv Constr. Vistoria	Isenção	Constr. Res. até 70 m² Lei Compl. 81/2007 - art. 181	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISS	Isenção	Do Comércio Ambulante para deficientes e sexagenários	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Licença	Isenção	Exc. De Obras de Constr. Civil e similares até 70 m² Lei 81/2007 - art. 212 inciso III - casa popular	2	2	2	Crescimento Vegetativo do IPTU
Taxa de Fiscalização	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007	300	300	300	Crescimento Vegetativo do IPTU
IPTU	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007 - PRODEP	480	480	480	Crescimento Vegetativo do IPTU
ISSQN	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007 - PRODEP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Tx. Alvará de Constr. Vist. Utilid. Cert e Concl. Obra	Isenção	Inst. Novas Empresas Lei Compl. 078/2007 - PRODEP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Isenção	Entidade Beneficiária de Utilidade Pública	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Asilo de Velhice, Entidade Utilidade Pública	10	10	10	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 93/2010 - Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 93/2010 - Minha Casa Minha Vida	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 93/2010 - Minha Casa Minha Vida	200	200	200	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 131/2015 - Inst. Novas Empresas	100	100	100	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 131/2015 - Inst. Novas Empresas	500	500	500	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 131/2015 - Inst. Novas Empresas	400	400	400	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Compl. 131/2015 - Inst. Novas Empresas	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei complementar nº 135/2015 - Isenção para AFP	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei Complementar nº 170/2019 - Isenção para portadores de Câncer, AIDS e Insuficiência Renal Crônica	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
Isenção	Lei nº 5418/2018 - Incentivo Fiscal às Entidades Beneficentes	20	20	20	Crescimento Vegetativo do IPTU
TOTAL					

*[Handwritten signature]*

Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 28 de junho de 2021 | Ano 08 | Nº 095



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2022

AMF – Demonstrativo 3( LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente de Receita	0
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0
Impacto de Novas DOCCs	0
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0